

Francisco

J. Mendes Gomes
Gomes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 59

Aos quatro dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e nove, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na quarta reunião da sessão ordinária de Novembro, sob a presidência do Presidente Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais Rogério da Silva Leitão, Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Elias de Oliveira Vieira, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, António José Valente, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes, António Norberto da Silva Correia, Libério da Silva Santos e Artur José Lopes Lobo.

Pelas 10,00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Albertino Moreira de Oliveira, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Carlos Alberto de Jesus Moreira, Carlos Natividade da Costa Candal, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, José Fernando da Silva Caldeira Bettencourt, Fernando dos Santos Manata, Manuel Simões Madail, Manuel Gaspar Fernandes e Amândio Ferreira Canha Júnior.

Imediatamente a seguir e prosseguindo a ordem de trabalhos da reunião antecedente, o Presidente anunciou que se irá retomar a apreciação do PLANO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 1989, nos seus vários OBJECTIVOS:

Fruy
2.
[Signature]

OBJECTIVO 05 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Aberto o período de apreciação tomou a palavra o Vogal Jorge Nascimento, o qual fazendo uma análise do objectivo destacou a continuação dos trabalhos na Zona de Santiago e manifestou também interesse em saber quais os critérios seguidos pela Câmara no que concerne à inventariação das necessidades de Habitação.

Usando também da palavra o Vogal Fernando Tavares Marques, suscitou esclarecimentos relativamente àqueles agregados familiares que vivem actualmente em condições de habitação degradada (ilhas e barracas), os quais prioritariamente irão ser contemplados com habitação Social e se na hipótese de haver alguém que recuse a sair desses locais onde actualmente habitam, porque fizeram investimentos ao longo dos anos, portanto, se essas pessoas terão que acatar o desalojamento e em termos de rendas quanto irão pagar e quais os critérios que serão adoptados nestes casos.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Armando Vieira e no que se refere ao capítulo de habitação, lamentou o facto de não constar neste objectivo uma lista das Freguesias contempladas. Entende também que a Freguesia a que preside, denota uma certa carência de habitação do tipo Social, pois considera que existem agregados familiares a viverem em precárias condições de habitabilidade, os quais veriam os seu problemas minorados se porventura a Freguesia de Oliveirinha, fosse contemplada neste aspecto. Por tal facto pretendeu saber se esta Freguesia foi de algum modo incluída neste projecto.

Neste momento entraram na Sala os Vogais José Carlos da Silva Neves, António Ferreira da Silva, Manuel Tavares Duarte e Manuel Arede de Jesus.

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Vitor Silva, que no âmbito da habitação Social e das questões suscitadas por este objectivo, referiu que a Câmara possui nos seus Quadros de Pessoal, uma Assistente Social, cuja tarefa é quase exclusivamente desenvolvida na área do levantamento de carências de habitação.

Informou também que a Câmara possui todo o

3


levantamento do concelho no que respeita a carências de habitação, nomeadamente também no que respeita à Freguesia de Oliveirinha. No que se refere à adopção de critérios, disse que os mesmos obedecem prioritariamente à resolução dos problemas de famílias com habitação mais degradada. Relativamente ao problema do cálculo das rendas mensais, o mesmo é feito em função do rendimento do agregado familiar e podem oscilar entre valores na ordem dos quatrocentos escudos a doze contos mensais, valores estes com base na tabela pesantemente em vigor.

Neste momento entrou na Sala o Vogal Helder dos Santos Filipe.

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Pires dos Santos, referindo-se à questão que se levantou relacionada com o facto de se saber quais as Freguesias contempladas com habitação Social, começou por dizer que à priori serão todas contempladas, salvo raras excepções; o que acontece de facto é que como é natural, este investimento não vai ser feito simultaneamente em todas as Freguesias ao mesmo tempo; embora haja boa vontade por parte da Câmara de atender todos os casos, mas por outro lado as disponibilidades financeiras obrigam a que o investimento seja feito por fases. Numa primeira fase e este ano ainda, prevê-se arrancar com S. Jacinto, Eixo, Mataduchos, Taboeira e Eirol. Numa fase posterior serão decerto contempladas outras Freguesias tendo em conta como é evidente as disponibilidades financeiras para o efeito.

Tomando a palavra o Vogal Norberto Correia, pediu esclarecimentos quanto ao facto de ver inserido neste objectivo o Apoio ao Contrato de Desenvolvimento no Caião de (64) fogos com uma verba que considerou diminuta, desconhecendo se esta verba é apenas o apoio à construção pelo I.G.A.P.H.E., ou se não significa sequer construção. Esclareceu também que esta pergunta é motivada por uma certa preocupação que está relacionada com o arranjo envolvente final, depois de toda a construção, pois como é sabido a Junta de Freguesia que representa tem jurisdição sobre esta zona.

Retomando a palavra o Vereador Pires dos Santos, esclareceu que de facto a referida verba está correcta e isto porque o contrato de desenvolvimento é feito nos seguintes termos: a empresa adjudicatária constrói, embora com juros bonificados através do I.N.H., procedendo posteriormente à venda dese

Thiny
Santos 

sas construções. É evidente que esta venda é controlada pela Câmara, e esta reserva-se o direito de seleccionar quem serão os compradores dessas habitações, dado tratar-se de habitação a preço moderado - portanto há uma selecção dos potenciais candidatos tendente a definir quais são os que reúnem os requisitos previamente estabelecidos. Quanto à verba de mil duzentos e cinquenta contos, considerada diminuta pelo referido Vogal, trata-se basicamente de uma verba para fazer face a despesas com o arranjo da zona envolvente, bem como de eventuais trabalhos de arranjos que se tornem necessários.

Imediatamente a seguir, esclarecidas que foram algumas dúvidas, o Presidente submeteu à votação o OBJECTIVO 05 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e três votos a favor e uma abstenção.

Seguidamente o Presidente da Mesa usou da palavra para referir que por lapso não foram apreciados e discutidos os programas 02 - Planeamento Urbanístico; 03 - Iluminação Pública; 04 - Urbanização, programas estes que fazem parte integrante do Objectivo anteriormente votado, por tal facto o Presidente pôs à apreciação e discussão estes programas, afim de se concluir o Objectivo 05.

Usou da palavra o Vogal Armando Vieira e referindo-se ao conjunto de programas em análise, destacou fundamentalmente Urbanização, na sua vertente rural e referiu o facto de ainda há relativamente pouco tempo ter trocado impressões com Técnicos ligados ao Plano Director Municipal, aos quais fez sentir a urgência que existe em que sejam criados novos núcleos habitacionais na Freguesia de Oliveirinha. Pois considera que neste momento a referida Freguesia se debate com problemas gravíssimos no que se refere a novas áreas para construção habitacional e industrial e isto por um lado também resultante de uma certa limitação imposta pelos Serviços Agrícolas, e bem, em seu entender, mas que não pode ser impeditiva que a Câmara encontre áreas alternativas, pois a Freguesia é grande e concerteza existem terrenos disponíveis para o efeito .

Quanto à iluminação pública, embora esteja neste momento a Rede da Freguesia de Oliveirinha a ser objecto


Filipe
Secretário

de reformulação, há situações para as quais a Junta já tem oficiado a solicitar a colocação de novos pontos de luz em novos ramos, só que até à data essas pretensões ainda não foram satisfeitas. A concluir disse serem basicamente estas situações que gostariam de ver contempladas.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo que começou por dar a seguinte nota: - "de facto gerou-se uma certa confusão em torno desde Objectivo 05, dado que votei de facto favoravelmente Habitação e Urbanização", mas na realidade o que aquele Vogal votou foi somente o programa Habitação. Pois na área da Urbanização, tinha intervenções a fazer. Como tal irá intervir na globalidade do objectivo, retirando Habitação, como é evidente pois aí não tinha intervenções a fazer.

Abordando seguidamente os Programas de Planeamento Urbanístico e de algum modo também quanto à Urbanização, disse notar-se de facto uma carência quanto à falta de elementos que o Plano de Actividades contempla, no sentido de dar uma visão daquilo que já foi feito e do que está a ser projectado para este ano; em suma não dá uma visão daquilo que se está realmente a apreciar. Acontece por exemplo no programa Urbanização, verificar-se que todos estes projectos iniciais, excluindo a aquisição de terrenos, remontam a mil nove oitenta e oito. Considera então legítimo interrogar, uma vez que não possui ainda o Relatório de 88, para apreciação se não se fez nada em 88; uma vez que todos os projectos estão aqui no Plano de 89 e este nada refere quanto ao posicionamento das obras neste momento. E isto verifica-se também quanto ao Planeamento Urbanístico, enumeram-se uma série de projectos que já estavam em 88 os quais se repetem agora em 89. Portanto são lacunas para as quais tem vindo sistematicamente a chamar atenção na oportunidade, e que não permitem fazer uma avaliação correcta dos trabalhos que se propõe executar.

Prosseguindo solicitou esclarecimentos sobre o que é que a Câmara tem visionado para o antigo Matadouro Municipal, pois considera uma zona excelente e à qual nunca foi dada grande importância e se neste momento se está a fazer um projecto de recuperação e adaptação, julga que seria oportuno ter em conta toda a zona envolvente do mesmo. A finalizar abordou a questão inerente à urbanização do Cojo, pensa contudo que não será oportuno pôr em prática este projecto, sem que primeiro esteja encontrada uma alternativa para o estacionamento que hoje é feito no referido local.

Thiry
Luiz 


Seguidamente tomou a palavra o Vogal Norberto Correia, e da análise do Plano, referiu que tem sido hábito abrir uma rúbrica simbólica, para arranjo de zonas envolventes e isto porque teve já a boa notícia de que finalmente foi adjudicado o arranjo da zona envolvente do Griné. Pretendeu saber qual o apoio da Câmara neste aspecto.

O Vereador Vitor Silva, retomou a palavra para confirmar o arranjo da zona em causa e confirmar o apoio da Câmara para o que, na eventualidade seja necessário.

Retomando a sua intervenção o Vogal Norberto Correia, alertou também para problemas de iluminação na zona do Bairro do Griné, dado que a grande maioria dos candeeiros de iluminação da referida zona, encontram-se avariados em consequência de actos de vandalismo, solicitou o seu arranjo e posterior fiscalização. Alertou também para a falta de iluminação no Cruzamento da "Policlínica", o que tem originado situações graves de acidentes de trânsito.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Rogério Leitão, para expressar a sua preocupação relativamente ao estacionamento automóvel na cidade. Aludiu também ao facto de em tempos se ter falado na necessidade da criação de uma Comissão de Trânsito, para análise de todos os problemas relacionados com trânsito cittadino. Considerou que o trânsito na cidade de Aveiro, se torna cada vez mais complexo e isto resulta sem dúvida da dificuldade de estacionamento que se faz sentir. Reconheceu a dificuldade na resolução do problema, pois este depende em parte de uma determinada dinâmica de urbanização da cidade, dado que, se no momento não há locais para construção de Silos, noutro momento esses locais vão aparecendo e consequentemente novas perspectivas se vão apresentando. Entende portanto que há necessidade de atacar o problema e resolvê-lo concretamente. No decurso desde ano não se vislumbra que o problema vá ser solucionado, o que preocupa bastante aquele Vogal. Concluindo, por sugerir à Câmara esforços tendentes a solucionar tão premente problema.

Usou também da palavra o Vogal Fernando de Oliveira, para perguntar quais os estudos urbanísticos que estão previstos para as áreas entre a linha da C.P. e a E.N. 109-7 a nascente da "Fábrica Renault", dado que o Plano refere um especial destaque para esta área. Aproveitou também para levantar

Mary
Silva 

questões relacionadas com a iluminação pública, pois considera-
a insuficiente, atendendo à dimensão da Freguesia a que preside,
dado que últimamente tem tido um incremento muito grande no que
respeita a expansão habitacional, havendo de facto zonas que estão
mal iluminadas.

Usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, que
mais uma vez manifestou o seu descontentamento quanto ao facto
de não ver nenhuma preocupação por parte da Câmara na procura
de um espaço desportivo, de apoio a toda aquela zona circundante
de Vilar. Sugeriu também que se faça um estudo para iluminação
da Ponte Praça, numa conjugação água/luz, pois trata-se de um
local dos mais importantes da cidade e que no estado em que hoje
se encontra não lhe dá de maneira nenhuma a dignidade que em seu
entender merece.

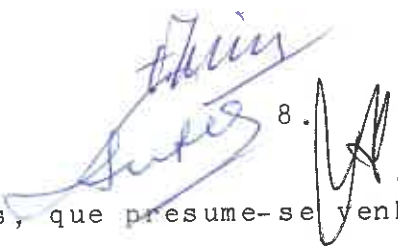
Imeditamente a seguir o Presidente submeteu à
votação os três Programas do OBJECTIVO 05, que faltavam votar,
tendo os mesmos merecido aprovação por vinte votos a favor e qua- s
tro abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Car-
los Jerónimo, nos seguintes termos: -"queria dizer que me abstive
nestes programas do Objectivo 05, por considerar que não dispomos
naturalmente neste Plano de Actividades de elementos que nos per-
mitam ter uma ideia clara do que é que estamos a apreciar e a vo-
tar, e também ainda porque a várias interrogações que aqui foram
colocadas em relação ao que já tinha eventualmente tido início
em 88 ou que só começavam em 89, não nos foi prestado esclareci-
mento nenhum, daí abstive-me nestes programas".

Seguiu-se também uma declaração de voto da
Vogal Maria Antónia Pinho e Melo: -"abstivemo-nos, porque não sa-
bemos bem aquilo que estamos apreciar por falta de elementos".

OBJECTIVO 06 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

Usou da palavra o Vereador Vitor Silva para
tecer algumas considerações sobre a política de aquisição de ter-
renos para aterro sanitário, informando que existe um projecto

8. 

em termos de Estação de Tratamento de Lixos, que presume-se venha a ser contemplado pelos Fundos Comunitários, estando neste momento em fase de candidatura. Até lá no entanto terá que se recorrer ao aterro sanitário.

Prosseguindo a sua intervenção e referindo-se agora à Higiene Pública, disse que as Freguesias Rurais, vêm reivindicando a colocação de contentores de lixo, bem como a respectiva recolha o que implica aquisição de mais equipamento nomeadamente mais contentores e viaturas para se poder assim dar uma resposta capaz a este tipo de solicitação, adiantou também que foi recentemente aberto concurso para aquisição deste tipo de material.

Aberto o período de apreciação, usou da palavra o Vogal Armando Vieira e no âmbito da Higiene Pública, considerando os problemas com que a Freguesia de Oliveirinha se debate neste aspecto, solicitou a distribuição de mais contentores e de melhor qualidade e ainda uma recolha de lixos mais eficaz, dado que a Junta tem sido constantemente assediada com este tipo de problemas.

Usou também da palavra o Vogal Norberto Correia, e no seguimento da intervenção anterior, considerou que o problema da recolha de lixos se tem vindo a degradar sucessivamente e isto resultante da deterioração dos próprios contentores, bem como da escassez dos mesmos, preconizando o estabelecimento de uma verba substancial para fazer face a este tipo de problemas.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para suscitar esclarecimentos quanto ao facto de saber se é ou não suficiente a verba inscrita no Plano, para aquisição de contentores, de maneira a que seja dada cobertura às zonas que carecem dos mesmos e que várias vezes tem trazido o problema aqui a esta Assembleia Municipal e ainda se a verba de quinze mil e duzentos contos, se destina à aquisição de uma viatura de recolha de lixos, este ano ou se é a verba de uma viatura que não foi adquirida no ano transacto.

Retomando a palavra o Vereador Vitor Silva informou que a referida verba se destina a aquisição de um carro novo este ano, pois a verba inserida no Plano anterior foi esgotada por outras aquisições.

No que se refere aos contentores e aproveitando também responder às questões postas anteriormente no âmbito da Recolha de Lixos, reconheceu que efectivamente os contentores velhos são sempre aqueles que vão parar às aldeias, e isto porque de algu-

Thim
Santos *Ma*

ma forma também se compreende, pois insere-se dentro daquele espírito de tornar a cidade bonita, pois esta é muito mais visitada do que as zonas rurais e como é evidente colocar na cidade contentores velhos colidiria um pouco com essa ideia. Aproveitou para informar que foi recentemente adquirido um carro-oficina, para prestar apoio aos contentores espalhados pelas zonas mais afastadas do centro da cidade, pois é nestes locais que mais frequentemente se constata destruição dos mesmos resultante de actos de vandalismo.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Fernando de Oliveira, para manifestar também a carência de contentores, que se faz sentir na Freguesia de Cacia e isto resultante como é óbvio de novas zonas de urbanização que entretanto surgiram.

Usando novamente da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, inquiriu a Câmara sobre qual o local onde esta pretenderá fazer o aterro sanitário, tendo o Vereador Victor Silva, informado que o mesmo incidirá nas zonas onde neste momento está a ser feito, concretamente em Taboeira, lugar que pertence à Freguesia de Esgueira, numa zona de pinhal.

Imeditamente a seguir o Presidente submeteu à votação o OBJECTIVO 06 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

OBJECTIVO 07 - PROTECÇÃO CIVIL

Usando da palavra o Vereador Celso Santos, fez uma referência aos subsídios previstos neste objectivo, considerando que de facto os mesmos apresentam este ano uma verba substancialmente mais elevada que no ano anterior, pretendendo-se com isto, fundamentalmente beneficiar as duas Corporações de Bombeiros, da cidade, para poderem ocorrer a obras de beneficiação a levar a efeito nos respectivos quartéis, bem como aliviar um pouco as Direcções destes Corpos Humanitários, de dívidas que vinham sendo contraídas para fazer face a despesas de carácter geral.

Informou seguidamente que também está prevista uma rubrica para instalação e funcionamento do Gabinete de Protecção Civil, que se pretende pôr em funcionamento no ano em curso.

Aberto o período de apreciação tomou a palavra o Vogal Rogério Leitão, que considerou a criação do Gabinete de Pro

Thiny
Supes 10 *W.*

tecção Civil, de bastante importância para a Região de Aveiro, pretendendo saber se o mesmo já está em funcionamento, quais os elementos que o compõem e quais os objectivos que o mesmo se propõe cumprir.

Retomando a palavra o Vereador Celso Santos, esclareceu que o mesmo não se encontra ainda em funcionamento, mas que haverá esforços por parte da Câmara para pôr a funcionar o referido Gabinete, no que se refere à sua composição, esta é a que se encontra previamente definida em Decreto-Lei e que por conseguinte essa composição será feita de acordo com as directrizes emanadas pelo mesmo, quanto aos objectivos, estes são fundamentalmente os da Protecção Civil em geral, isto é preparar, planear, intervir em caso de grande catástrofe.

Seguidamente e não tendo este objectivo suscitado mais intervenções o Presidente da Mesa, submeteu à votação o OBJECTIVO 07 - PROTECÇÃO CIVIL, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

OBJECTIVO 08 - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO.

Usando da palavra o Vereador Celso Santos, começou por fazer apresentação do referido objectivo.

Na área do Turismo, destacou o facto de este ano se ter incluído uma rúbrica específica relativamente à Lancha do Turismo, pois considera esta um elemento importante na divulgação de toda a zona lagunar da cidade de Aveiro. Mantém-se o protocolo com a Rota da Luz, que organiza um circuito diário e como é natural tornava-se fundamental a instituição da referida rúbrica para fazer face às despesas de consumo e reparações.

No âmbito deste objectivo existe também a preocupação por parte da Câmara no sentido de promover iniciativas para o conhecimento Turístico da cidade e da Região de Aveiro, concretamente através de folhetos que divulguem as suas potencialidades.

No que se refere aos Mercados e Feiras, manifestou a sua satisfação por se ter conseguido coordenar e disciplinar mínimamente a Feira dos 28. Tem sido preocupação do Município divulgar as Feiras na sua generalidade, o que se tem traduzido numa

F. Silva
11.

crescente ampliação e diversificação das mesmas; acrescentando que o Calendário de Feiras, para o ano em curso, apresenta também uma nova Feira, trata-se do Salão de Construção Civil e Obras Públicas. Prosseguindo a sua intervenção referiu-se ao Novo Centro de Exposições, salientando que o projecto apresentado é neste momento candidato aos Fundos Comunitários, o que significa que o Governo aceitou o projecto e submeteu-o à apreciação dos Fundos Comunitários. Inscreveu-se verba para o efeito neste Plano, antevendo-se que este projecto venha a ser aprovado. Como novidade também, referiu-se à construção do novo Mercado Municipal de Santiago, estando nas preocupações desta Câmara, a construção do Novo Mercado Abastecedor; beneficiaram-se os Mercados actuais e feiras, nomeadamente o Mercado de José Estêvão e Feira de Oliveirinha. Ainda no âmbito das Feiras, referiu-se à Agrovouga, justificando o aumento da verba pelo interesse que a Câmara tem em promover o certame, projectando-o para um futuro crescimento.

A finalizar referiu-se às novas zonas Industriais informando que foram criadas cinco novas Zonas industriais, cujos projectos vão ser submetidos aos Fundos Comunitários, pois neste momento a procura de espaços para a instalação de novas indústrias é bastante grande e a Câmara está atenta a este tipo de solicitações.

Aberto o período de apreciação, tomou a palavra o Vogal Ferreira da Silva, que pediu esclarecimentos relativamente ao funcionamento do mecanismo das verbas a definir e ainda qual a posição da Câmara na Sociedade de T.I.R./T.I.F.

Seguidamente usou da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, que manifestou também dúvidas quanto à posição da Câmara na Sociedade TIR/TIF. Relativamente ao novo Centro de Exposições, refere-se no preâmbulo do programa que a Câmara foi candidata a Fundos Comunitários e mais adiante conclui-se desta forma:—"tudo faremos para que os meandros da política nacional e os conflitos da política Regional não venham a tornar inviável o seu deferimento. Convictos de que assim não acontecerá inclui-se no Plano de Actividades". E a questão que a referida Vogal coloca é a seguinte: -primeiro manifestou desejo de que o autor da redacção lhe explicasse com clareza o que é que pretende exprimir com "meandros da política nacional" e "conflitos da política regional"; dado que disse, não poder mais uma vez aprovar insinuações. Se existem factos concretos têm que os pôr claramente nesta Assembleia, aliás é precisamente

12. *Alim*
Supes


para isso que nós aqui estamos, para analisar situações e consequente tomada de posição sobre as mesmas. Outra questão que salientou prende-se com o facto de uma candidatura de determinado empreendimento aos Fundos Comunitários ter que obedecer a parâmetros previamente estabelecidos, os quais se não foram respeitados no projecto, é óbvio que corre-se o risco de o projecto não vir a ter viabilidade de aprovação e como tal entende que não se devem dar desculpas políticas para faltas de carácter técnico. A terminou perguntou se de facto o projecto do Centro de Exposições, obedece aos parâmetros impostos pelos Fundos Comunitários, tendo em vista a sua candidatura aos mesmos.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Armando Vieira, começando por colocar uma questão relacionada com a Feira dos 28, e que é a seguinte: - quando acontecer a Feira dos 28, no mês de Março, onde é que a Câmara a pretende realizar? Seguidamente manifestou o seu agradecimento à Câmara pelo apoio prestado no arranjo do Largo da Feira da Oliveirinha e simultâneamente aproveitou para solicitar a conclusão do projecto da Zona Higienizada da Feira de Oliveirinha, dado que como é do conhecimento da Câmara existe um parecer de um técnico Veterinário e da Fiscalização, aconselhar a construção da referida zona. A concluir referiu-se à necessidade da criação na Freguesia de Oliveirinha, de uma mini-zona Industrial, pois existem terrenos e investidores para o efeito, e que já várias vezes manifestaram interesse em investir na área da Freguesia.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Elias Vieira, para inquirir a Câmara à cerca de quais os critérios que foram utilizados na definição destas cinco mini-zonas industriais, que agora aparecem em Plano e ainda qual a utilização que se pretende dar à zona onde actualmente está instalado o Parque de Exposições e Feiras, após a sua mudança para outro local.

Seguidamente o Vogal Helder Filipe, manifestou o seu agrado por ver finalmente inserido em Plano a criação de novos Mercados Municipais, alternativos ao Mercado Manuel Firmino e descentralizados do centro da cidade.

Usando novamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, considerou exagerado o volume de obras preconizado no Plano, dado que não vislumbra possibilidades de as mesmas serem concretizadas no decurso de 89, pois algumas delas ainda nem sequer começaram.

Trin
Santos 13. 

Relativamente ao novo Centro de Exposições, pretendeu saber concretamente qual o desenvolvimento deste problema e quais as diligências que a Câmara tem encetado no sentido de conseguir este importante Centro para Aveiro.

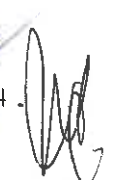
Entretanto saiu da Sala o Vogal António José Valente.

Retomando a palavra o Vereador Celso Santos, esclareceu que no tocante às dúvidas suscitadas pela redacção do preâmbulo referente ao novo Centro de Exposições, elas têm a sua razão de ser e isto porque todos nós sabemos que houve uma certa movimentação por parte de Coimbra, quando pela primeira vez se propôs a criação de um Centro de Exposições como aquele que está no Plano. Há de facto receios, há toda uma possibilidade de influência que enfim pode desvirtuar aquilo que a Câmara prevê e que deseja que aconteça. Naturalmente que havendo um interesse por parte de Coimbra, poderá eventualmente o Poder Central, ser induzido a tomar uma orientação diferente daquela que Aveiro gostaria que acontecesse. É isto fundamentalmente que está na base das dúvidas postas na redacção do referido programa.

No que se refere ao projecto apresentado por Aveiro e candidato aos Fundos Comunitários, disse o mesmo estar concertado correctamente elaborado, pois se assim não fosse, não teria sido aprovado pela Administração Central e posteriormente remetido à apreciação da CEE.

Abordando seguidamente a questão suscitada pela coluna de "verbas a definir", inscrita no Plano, explicou tratar-se de um mecanismo legal que permite inserir determinada verba, prevendo-se a futura atribuição de subsídios, a determinados empreendimentos sem que depois tenha que se estar a alterar o Plano, dando à partida a possibilidade de movimentação dessas verbas.

Quanto à questão que se suscitou relativamente à utilização a dar aos terrenos onde actualmente está instalada a Feira de Março, o Vereador Celso Santos, informou que para esse local está aprovado já pela Câmara Municipal uma Urbanização de acordo com o Plano Geral de Urbanização para Aveiro. No âmbito da criação de novas mini-zonas industriais, esclareceu que a sua distribuição obedeceu a um critério simples, que é o de disseminar pela área do concelho, várias indústrias, desconcentrando-as assim

Thiny
Silva 14. 

da cidade de Aveiro, criando-se pequenos núcleos industriais na periferia. Informou também que a Freguesia de Oliveirinha está contemplada com a localização de uma mini-zona industrial, presumindo que a sua localização seja no lugar de Quintans, bem como Mamodeiro e Eixo, prevendo-se também ampliação da actual zona industrial de Esgueira.

Retomando a palavra o Vereador Victor Silva, referiu-se à Sociedade do Terminal T.I.R./T.I.F., frisou que a Câmara teria que apoiar esta iniciativa, pois trata-se sem dúvida de um polo importante de desenvolvimento para a cidade, de tal modo importante, que havia Municípios, que visando a captação do empreendimento para os respectivos concelhos, ofereciam o terreno para a sua instalação. Esclareceu também que a constituição da Sociedade surge motivada pela necessidade de um suporte Jurídico, imposto pela própria Portaria que regula a atribuição do respectivo alvará. Este alvará foi efectivamente atribuído ao Terminal TIR/TIF de Aveiro, derivando daí o facto de aparecer no Plano de Actividades a aquisição de terrenos para a instalação do Terminal TIR. Estes terrenos situam-se numa zona junto à linha da C.P. e em frente às Fábricas Renault, terrenos que vão ser adquiridos pela Câmara e pagos pela Sociedade TIR. Trata-se ao fim e ao cabo, do sistema que é utilizado na criação de Zonas Industriais - a Câmara adquire os terrenos e posteriormente vende-os às Sociedades interessadas em instalarem ali as suas indústrias.

Usando seguidamente da palavra o Vereador Pires dos Santos e tomando como base da sua intervenção uma afirmação do Vogal Carlos Jerónimo de que "existem obras no Plano que não têm hipóteses de ser executadas", disse comungar também deste ponto de vista, no entanto considera que um Plano de Actividades é em parte um plano de intenções e como tal deve comportar possibilidades de desenvolvimento das várias acções possíveis em alternativa. Alertou também Assembleia para um facto, que tudo aponta que se concretize e que é a Construção do Novo Centro de Exposições que acontecer, é óbvio, que uma boa parte do Plano não será toda como é evidente, mas ficará de certo modo comprometida. E isto porque os Planos para serem postos em prática carecem de verbas correspondentes. Acontece também que quando se elaborou o Plano, não havia uma certeza prévia do bom encaminhamento do referido projecto; neste momento a Câmara está esperançada que o mesmo venha a ter luz verde de Bruxelas e como é evidente a nível de prioridades de execução, terão que se estabelecer prioridades e

Thiny
15.

presume-se que uma das prioridades a considerar com certo ênfase serão evidentemente as obras financiadas pelos Fundos Comunitários pois hoje esses financiamentos existem e como tal devem ser aproveitados, pois não existem indicadores de que esses financiamentos vão continuar indefinidamente.

Seguiu-se breve troca de impressões posto o que o Presidente da Mesa deu a discussão por encerrada neste OBJECTIVO 08 - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO, submetendo-o de imediato à votação, tendo merecido aprovação por dezassete votos a favor e seis abstenções.


Seguiu-se uma declaração de voto da Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, nos seguintes termos: - "abstive-me porque não posso aprovar rúbricas no papel que tenho quase a certeza que não vão ser concretizadas".

Também fez uma declaração de voto o Vogal Carlos Jerónimo, nos seguintes termos: - "abstive-me neste objectivo porque confirmou-se de alguma forma aquilo que eu tinha comentado na generalidade; é que o Plano de Actividades está não só neste objectivo mas em alguns objectivos exageradamente empolado para parâmetros a que não vai ser possível dar resposta, com ou sem Centro de Exposições. Considero no entanto dever deixar expressa uma palavra de apoio à Câmara para todas as diligências que devam ser feitas com a participação da Assembleia Municipal se for necessário, para que este Centro de Exposições, venha para Aveiro. Estamos fartos de perder iniciativas deste género em favor de Coimbra".

OBJECTIVO 09 - COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES

Usando da palavra o Vereador Vitor Silva, deu uma breve panorâmica sobre o que a Câmara se propõe executar no que diz respeito à Rede Viária e Sinalização; colocando-se seguidamente à disposição dos membros da Assembleia, para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de apreciação usou da palavra

Trinny
Santos 66. 

o Vogal Armando Vieira, para manifestar o seu agrado relativamente ao número de Ruas a asfaltar na Freguesia de Oliveirinha, de facto é aquilo que a Junta mínimamente pretendia e está satisfeita por isso. Abordando seguidamente a temática da construção de Passagens desniveladas, entende que deveria haver uma certa preocupação por parte da Câmara na resolução da passagem desnivelada da importante via que é a Estrada Nacional 235-1, que liga Eixo a Quintans, dado que considera tratar-se de uma via de intenso tráfego. Terminando a sua intervenção fazendo votos para que a Câmara se empenhe a fundo para que a Passagem Desnívelada na 235-1, seja uma realidade a curto prazo.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para inquirir o Executivo, à cerca de qual o ponto da situação relativamente ao Centro Coordenador de Transportes e ainda se a verba de vinte mil contos inscritos no Plano, para estacionamento se destina de facto a avançar rapidamente para a construção dos Silos-Auto e quais os locais da cidade onde eventualmente se pretende instalar os mesmos.

Usou da palavra o Vogal Helder Filipe, para manifestar o seu desacordo quanto a este objectivo - Comunicação e Transportes, dado que o mesmo a seu ver não aponta para soluções tendentes a eliminar ou a suavizar tanto quanto possível o entroncamento imediatamente a Sul da Passagem Superior da 25 de Abril. Entende este Vogal que a Câmara deveria desenvolver esforços no sentido de solucionar o problema, dada a disponibilidade de terrenos de que hoje se pode dispôr para o efeito, correndo-se o risco amanhã em consequência de novas Urbanizações coartarem-se as hipóteses de se encontrar a melhor solução para o local.

Novamente no uso da palavra o Vereador Victor Silva no âmbito da questão suscitada sobre a política de supressão de Passagens de Nível e quanto ao problema levantado das prioridades - Quintans/Cabreira, explicou que a supressão da passagem nível da Cabreira, insere-se numa Via Municipal, enquanto que Quintans está situada numa Estrada Nacional. Adiantou ainda, que isso não significa que a Câmara não esteja atenta ao problema, pois tem todo o interesse na resolução do mesmo. Esclarecendo que a C.P. e a D.G.T.T., assinaram um protocolo tendente a suprimir todas as passagens de nível da linha Norte até 1992, por tal facto será um problema que a breve trecho terá a sua resolução.

Relativamente ao Centro Coordenador de Trans-

17.
Silva

portes, informou que a obra foi reiniciada há pouco dias. Referindo-se à localização dos Silos-Auto, disse que de facto existe um projecto que prevê a construção de um Silo subterrâneo, com uma capacidade para 180 viaturas, nos terrenos da antiga "Pensão Aveirense". Relativamente à questão do entroncamento a Sul da Passagem Superior da 25 de Abril e que tem levantado uma certa polémica, dada a sinuosidade do traçado, disse não estar à priori nos horizontes da Câmara alterar a obra. Há efectivamente um projecto que aponta para a continuação da obra tal como está projectada para dar ligação ao nó da Variante. No entanto o estudo para uma melhoria ao actual traçado é uma hipótese que considerou e anotou. Por outro lado considerou também que tudo o que for alterado no sentido de proporcionar grandes velocidades, é mau naquele local, pois trata-se de um arruamento com características urbanas.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa submeteu à votação o OBJECTIVO 09 - COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte e um votos a favor e duas abstenções.

OBJECTIVO 10 - MEIO AMBIENTE

Usou da palavra o Vereador Vitor Silva, que se colocou à disposição da Assembleia, para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de discussão, usou da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, para manifestar preocupações de carácter ecológico que se prendem fundamentalmente com a instalação de novas mini zonas industriais. Alertando a Câmara para que no licenciamento dessas empresas se garanta o tratamento dos efluentes que se produzem.

O Vogal Ferreira da Silva, teceu de seguida algumas considerações relacionadas com o inadequado funcionamento das Eclusas, que têm provocado ultimamente situações que afectam a salubridade pública.

Tomando a palavra o Vereador Vitor Silva, referiu-se à problemática relacionada com o licenciamento de empresas a instalar nas futuras mini-zonas industriais e consequente obrigatoriedade do tratamento dos respectivos efluentes. Referiu que

Pires
18.

a Câmara está atenta a estes aspectos, tem já inclusivamente afastado indústrias poluentes e o licenciamento dessas novas indústrias só se fará com o parecer favorável da Câmara, salvaguardando como é evidente os aspectos ecológicos.

No que se refere ao problema das Eclusas, reconheceu que as mesmas têm andado a funcionar um pouco fora do seu âmbito e isto em consequência das obras do I.P.5, que têm descontrolado um pouco nesta fase, o bom funcionamento das Eclusas.

Terminados os esclarecimentos, imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, submeteu à votação o OBJECTIVO 10 - MEIO AMBIENTE, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

OBJECTIVO 11 - GABINETE TÉCNICO LOCAL

Usou da palavra o Vereador Pires dos Santos, que fez apresentação do referido objectivo e colocou-se disponível para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de discussão, não houve intervenções, posto o que o Presidente da Mesa, imediatamente submeteu à votação este objectivo, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

Terminada a apreciação do PLANO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 1989, nos seus vários objectivos, passou-se à apreciação e discussão do:

ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 1989 - GENERALIDADE

No uso da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, teceu as seguintes considerações: - "Embora reconhecendo que as verbas afectas, são sempre insuficientes, face às inúmeras

ras carências do nosso concelho, verifica-se que este é o maior orçamento de sempre do Município de Aveiro a preços constantes.

Realça-se aqui a participação acrescida do Governo através de transferências de capital do Sector Público e do FEDER de 1 543 637 (um milhão quinhentos e quarenta e três mil, seiscentos e trinta e sete contos) que permite financiar 38,8% do total do orçamento em despesas correntes e de capital.

Quanto à aplicação das receitas, nomeadamente em termos de despesas correntes verifica-se que, enquanto as despesas com Pessoal absorvem 405 886 (quatrocentos e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis contos), ou seja 49,6% do total destas, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia são de apenas 52 437 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e sete contos, ou seja 6,4% do total das despesas correntes, o que é manifestamente exíguo para o apoio que a Câmara devia conceder-lhes.

Relativamente às despesas de capital, embora reconhecendo as necessidades acrescidas de habitação do nosso concelho, a verba com habitação e Urbanismo atinge um valor relativamente, significativo de 58,8% do total do Plano de Actividades, ou seja 1.823.540 (um milhão, oitocentos e vinte e três mil, quinhentos e quarenta contos) financiado maioritariamente por transferências do Sector Público.

A segunda grande verba destina-se à Cultura Desporto e tempos livres com 324 700 contos representando 10,5% do total. Mas quando se analisa a "escassa" verba prevista para o "Saneamento e Salubridade" de 35 850 contos, representando apenas 1,1% do total das despesas inscritas e sabendo das profundas carências do nosso concelho neste Sector, é claro concluir-se, mais uma vez que a "grande filosofia política orientadora deste orçamento" é a da proximidade das eleições, para as autarquias locais.

Com efeito, as obras de saneamento não são obras de impacto visual. Era porém útil não deixar de ter em conta, que, embora não sendo das tais obras que se podem verificar imediatamente, elas vão apoiar os sectores mais desfavorecidos da nossa população.

Do nosso ponto de vista deviam ser estes os objectos das preocupações prioritárias do Executivo ao elaborar o seu orça-

mento.

Assim não entendeu o Município, e é pena".

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação na generalidade o ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL, para o ano Financeiro de 1989, tendo o mesmo sido aprovado por dezanove votos a favor e quatro abstenções.

ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL-ESPECIALIDADE

RECEITA

Usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para colocar duas questões; a primeira relaciona-se com a previsão que aponta para um montante de quinhentos mil contos, com a venda de terrenos Camarários e se o Executivo considera possível atingir este valor. A segunda questão refere-se a empréstimos contraídos a médio e longo prazo, presumindo aquele Vogal que os mesmos tem que ver com investimentos na zona de Santiago e conseqüentemente o porquê de um aumento tão substancial relativamente ao ano anterior?

Tomando a palavra o funcionário Rui Barros, explicou que existe de facto uma relação de venda de terrenos, que motivou que fosse mencionado o referido montante, concretamente refere a mesma relação, venda de terrenos em: S. Jacinto; Terrenos dos S. Municipalizados; Sá-Barrocas; Picôto-Oliveirinha; Forca-Vouga; Cacia-Parque TIR etc..

Neste momento pediu a palavra o Vereador Vitor Silva, que face à dúvida colocada pelo Vogal Carlos Jerónimo, disse ser possível atingir o montante previsto.

Retomando a palavra o funcionário Rui Barros, esclareceu que relativamente aos empréstimos do I.N.H., são de facto mais substanciais, e isto porque se vão juntar as três fases de conclusão das obras em curso na Zona de Santiago.

Seguidamente o Presidente da Mesa, submeteu à votação na especialidade o capítulo da RECEITA do Orçamento para o

ano de 1989, tendo este merecido aprovação por dezanove votos a favor e quatro abstenções.

Thery
21.
W
Luiz

DESPESA

Usou da palavra o Vogal Armando Vieira, congratulando-se com o aumento de transferência de verbas para as Juntas de Freguesia. Considerando isso resultante de uma luta pela qual a sua bancada sempre pugnou, embora considere ainda que estas transferências, estão muito aquém da importância da Câmara de Aveiro e das Freguesias que compõem o concelho de Aveiro e isto a exemplo do que se verifica em concelhos vizinhos, onde essas verbas são substancialmente superiores

Ainda no âmbito da transferência de verbas para as Freguesias usou da palavra o Vogal Norberto Correia, para solicitar esclarecimentos quanto à percentagem legal obrigatória das transferências do FEF que a Câmara recebe. Pois teve conhecimento que houve cerca de 16% de aumento do FEF, para as Câmaras; e a pergunta que coloca é a de saber qual é efectivamente a percentagem de aumento relativamente ao ano passado.

Usando novamente da palavra o Funcionário Rui Barros, esclareceu que as transferências para as Freguesias são 10% das Receitas, das transferências correntes do FEF. Trata-se do limite mínimo, no entanto a Câmara deliberou atribuir 15% das transferências correntes do FEF.

Seguiu-se breve troca de impressões de carácter técnico-legal, posto o que o Presidente da Mesa, submeteu à votação o Capítulo Despesa, do Orçamento da Câmara Municipal, tendo merecido aprovação por dezanove votos a favor e quatro abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Ferreira da Silva nos seguintes termos: - "porque sendo o Orçamento documento e suporte do Plano de Actividades e pelas razões evocadas aquando da apreciação do Plano, por coerência absteve-me".

Seguidamente o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 13,30 Horas.

Subscrevem
22.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.